

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2015:** *Aos dois dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Helder Martinho Valente Simões, Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.** =====*

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo **Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.** =====*

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m. =====*

===== *Não esteve presente na reunião o Vereador **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, por se encontrar em representação do município na Polónia, falta essa considerada justificada. =====*

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador **Dr. Ricardo Tavares** que fez a seguinte intervenção: Bom dia a todos. Eu queria começar por informar, porque eu fiquei incumbido de enviar um email para o Prof. Manuel Alberto na última reunião de Câmara, e dar nota que só ontem é que eu recebi o parecer técnico da responsável da Equipa Multidisciplinar do Urbanismo sobre a Rua dos Cavaleiros. Relativamente à Rua dos Cavaleiros, em S. Tiago de Riba-Ul, segundo o parecer técnico, aquele troço realmente é um caminho público e já ontem foi ordenada a remoção do portão. Agora vai seguir-se o prazo de audiência ao interessado e ainda este mês de abril certamente, no caso de não haver remoção voluntária, existirá a remoção coerciva do referido portão. Será essa decisão que será tomada relativamente a essa matéria. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador **Dr. Manuel Alberto** que disse: Senhor Presidente, esta informação é uma informação importante, é pena que nós tenhamos esperado tanto tempo por este parecer. Não vou dizer que as coisas são fáceis, mas passou-se um tempo suficientemente dilatado para nós termos aqui uma resposta tão clara como essa. Ainda bem que tínhamos essa ideia e é essa a ideia inclusivamente de quem conhece aquele espaço, embora pudesse haver*

essa questão, que foi esclarecida. Esperemos que a rua fique disponível a todos os utentes, a todos os oliveirenses, uma vez que é um espaço público e que está a ser impedido o seu uso. Tinha aqui uma outra questão, que também tem a ver com a colocação de um portão na zona da mini-hídrica junto ao Crasto de Ossela, nunca mais soubemos nada disso, houve aí também um processo. Relativamente a uma questão que conhecem e sabem que está a decorrer, tem a ver com uma informação que gostaríamos de ter, uma vez que recebemos uma informação, o Senhor Presidente também, penso que todos receberam, de uma reclamação de um dos participantes no Festival de Sopros. Penso que talvez a Dra. Gracinda ou o Senhor Presidente poderiam dar alguns esclarecimentos relativamente a esta matéria, uma vez que são feitas algumas afirmações que gostaríamos de saber que verdade é que têm e que contornos é que têm, porque não deixam de facto uma boa imagem pelo menos da maneira como está apresentada relativamente a um concurso que já tem vários anos e que gostaríamos naturalmente que tivesse uma continuidade e que não fosse manchado por este tipo de episódios, que são lamentáveis a serem verdade, se não forem verdade também naturalmente que era importante que fossem esclarecidos e de que maneira é que isso ocorreu. Basicamente era saber exatamente o que é que aconteceu, se aconteceu só com esse concorrente, se há outros elementos que terão também tido um tratamento semelhante e o que é que pode ser feito para reparar se houver razão por parte do participante, como é que nós podemos reparar esta questão. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal, que disse: Muito bom dia. Eu começava por dizer que hoje, 02 de abril, é o Dia Mundial da Consciencialização do Autismo, dia designado pela Assembleia Geral das Nações Unidas desde 2008. Como sabem o autismo é uma perturbação neurobiológica que influencia a comunicação, o comportamento e também as relações sociais. Cerca de 67 milhões de pessoas no mundo estão afetadas por esta doença e hoje é já uma preocupação enorme da sociedade relativamente à prevenção desta patologia, mas sobretudo consciencializar a comunidade para estas questões. Então, já é pelo segundo ano consecutivo que a nossa Câmara também se associa à campanha nacional, levada a cabo pela Direção Portuguesa de Autismo, que propõe que os edifícios e monumentos tenham uma cor azul no dia 02 de abril para assim chamar a atenção sobre o autismo. Portanto, o nosso edifício da Câmara Municipal também irá ser iluminado de cor azul para chamar a atenção para as questões do autismo. Também estamos a iniciar o mês de abril e o mês de abril na Biblioteca, uma vez que é o mês da Festa dos Livros. Hoje também se comemora o Dia Internacional do Livro Infantil e a 23 de abril comemorar-se-á o Dia Mundial do Livro e dos Direitos do Autor. É habitual, há alguns anos a esta parte, a nossa Biblioteca ter um programa mais específico para estas comemorações. Iniciamos já ontem à noite com a iniciativa do Jantar com Livros e Histórias de Pijama, onde proporcionamos a várias crianças conviver uma noite na Biblioteca com os livros, com histórias, etc.. Também iniciar-se-á hoje a Estafeta de Leituras. Uma outra iniciativa, os Contos Cruzados, com crianças e mais idosos. Temos também duas apresentações de livros, uma no dia 18 de abril – Flávio Capuleto, “Amar não é Pecado”; e a 24 de abril – Ulisses Tirano, “Destroços”. Terminaremos as comemorações, como é habitual,

com o Serão de Contos, a 30 de abril, que encerra também a Estafeta de Leituras. São as atividades que iremos ter mais específicas no âmbito do programa Abril Livros Mil. Queria também referir que na próxima semana comemoram-se três dias mundiais ligados muito à saúde. O primeiro, no dia 06 de abril, que é o Dia Mundial da Atividade Física; a 07 de abril, o Dia Mundial da Saúde e no dia 08 de abril, o Dia Mundial da Luta Contra o Cancro. Consideramos fazer um evento que fosse uma marca para estas três dimensões tão importantes na vida de cada pessoa. E assim no dia 07 de abril iremos fazer uma atividade no Pavilhão Municipal, sendo essa atividade no sentido de chamar a atenção, alertar a sociedade para temas essenciais na área da saúde que afetam a humanidade e também no sentido de desenvolver atividades com vista à promoção do bem-estar. Essas atividades apesar de serem abertas à comunidade são mais direcionadas para todas as pessoas que fazem parte do nosso programa desportivo “Viver Melhor”. E temos então várias sessões de atividade física, quer sessões de informação na área do cancro, na área da cardiologia e também de alguns rastreios pela Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa. Portanto, também será concerteza uma tarde de sensibilização para a importância de prevenir doenças, mas também um incentivo à adoção de estilos de vida saudáveis para permanecermos mais vivos, porque às vezes a qualidade de vida não é assim tão boa quanto desejaríamos, mas muitas vezes se fizermos um bocadinho pela saúde, pela nossa própria saúde, fazendo escolhas saudáveis, fazendo prática desportiva, acho que melhoramos muito. No dia 10 de abril e no âmbito de um programa comemorativo do centenário da Grande Guerra vamos ter uma conferência subordinada ao tema “Erros e Ilusões Normais sobre o Contingente do Exército Português e o 9 de abril”, com o Prof. António José Telo, no Arquivo Municipal, pelas 21h. Queria também anunciar que no dia 16 de abril vamos acolher em Oliveira de Azeméis, a sétima convenção anual da Rede Portuguesa da Responsabilidade Social. É uma convenção que todos os anos se faz a nível nacional, o ano passado foi em Évora e este ano será cá em Oliveira de Azeméis, onde organizações e membros aderentes à rede RSO.PT, se reúnem para refletir sobre um tema mais atual e da atualidade, mas também para dar contas do que os grupos de trabalho da rede têm realizado. Será realizada a convenção na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro. Vamos ter um primeiro painel designado “Enquadramento da Responsabilidade Social: Crescimento Inteligente com as pessoas e as Organizações”, que é o tema chapéu da convenção. Um segundo painel, “Boas práticas de responsabilidade social: Rumo ao crescimento inteligente, com as pessoas e as organizações”. Aqui vamos ter várias empresas e entidades a demonstrar e a apresentar a sua boa prática. E um terceiro painel, que será a apresentação dos resultados dos grupos de trabalhos da RSO. De tarde será um espaço mais social, onde iremos visitar a Lactogal, como Membro que faz parte da rede e que explicará também aos visitantes as medidas que tem nesta área da responsabilidade social. Terminará com a visita ao Parque Temático Molinológico, em Ul. Deixei para o fim, o evento que está a decorrer e que hoje será a entrega de prémios, da X Edição do Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro de Terras de La-Salette. Nesta edição tivemos trezentos e noventa e dois concorrentes, de dezoito distritos e

cento e oito concelhos. Foi o segundo melhor ano em termos de inscrições. A maior parte enquadra-se no escalão juvenil e júnior. Temos representantes dos países de Espanha, França e Suíça. O elemento mais novo que concorreu tinha nove anos de idade e o mais velho vinte e seis anos de idade. Decorreu, como é habitual, em vários locais, neste ano houve a introdução de um novo espaço, uma vez que o auditório da Escola Soares e Basto estava em obras não o podemos utilizar e recorreremos ao espaço do auditório da Junta de Freguesia, os outros espaços foram a Biblioteca Municipal, a Academia de Música de Oliveira de Azeméis e o Cine-Teatro Caracas. Decorreu, como é habitual, nesses quatro locais, com as normas que foram aprovadas e como é habitual há sempre algumas reclamações. A reclamação a que vocês tiveram conhecimento e que eu também tive conhecimento, era a relacionada penso que com o concorrente Tiago Nogueira, um jovem que concorreu na categoria de metais. Eu quando recebi a reclamação reuni de imediato o júri, porque em questões de júri entendeu a organização que não se deve imiscuir porque são processos mais técnicos. O que o júri referiu é que houve violação do estipulado na norma 6 e se se recordam esta norma estipulava que a peça livre tem que ser tocada. Portanto, há duas provas, a peça obrigatória e a peça livre. O que aconteceu é que o jovem tocou dois andamentos de uma peça e o júri desclassificou-o nessa altura, apesar de mesmo o processo de inscrição não estar completo, porque devia ter entregue as partituras, devia ter entregue um breve currículo vitae e isso não o fez e mesmo assim foi admitido a concurso. E o júri, uma vez que não cumpriu essa norma desclassificou-o, como já desclassificou em anos anteriores outros concorrentes. Aqui o peculiar, posso dizer que a reclamação é feita pelo professor do aluno, os andamentos da peça livre que ele tocou eram uma peça escrita pelo seu professor, o professor sabia que a peça na totalidade ultrapassaria os minutos estipulados para a prova e mesmo assim sugeriu a preparação dos dois andamentos quando o miúdo devia ter tocado a peça inteira. Portanto, essa reclamação foi analisada, há muitas inverdades no que está aí escrito, a resposta vai seguir hoje. Pela primeira vez, em dez anos de concurso, nós aplicamos um questionário de avaliação de satisfação do concurso. Eu ainda não analisei isto muito bem, porque só ontem é que recebi, mas em termos globais, em termos de organização está pontuado, numa escala de 1 a 5, em 4,08. Portanto, no universo de mais de 50% dos concorrentes que participaram, portanto, é significativo. Por exemplo, a disponibilidade e simpatia dos funcionários está avaliado em 4,56; os horários definidos para as provas é menor a avaliação, ronda os 3,75; as informações prestadas pelo secretariado, outra inovação deste ano, tivemos pela primeira vez um secretariado permanente no Caracas, avaliado em 4,02. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Bom dia. Só duas coisas. Uma, tecer um comentário sobre o facto de estarmos a comemorar o Dia do Autismo, eu espero que esse azul que se vai projetar nos edifícios públicos, seja essencialmente projetado por quem de direito e pelos nossos governantes. Ainda recentemente eu li um artigo numa revista muito interessante, interessante e muito triste, sobre as crianças e adultos portadores de deficiências entre as quais o autismo. Era muito preocupante ver a perspectiva da família, quando os pais ainda têm alguns poderes

económicos ainda vão conseguindo estimular estas crianças e estes adultos, mas vivem numa angústia porque não têm respostas. A angústia deles de morrer e de não ter uma solução para estes meninos e para estes filhos depois da sua morte; a angústia que se verifica nas escolas, porque andamos a tentar integrar crianças portadoras de deficiência numa escola dita normal, considerando que isso os estimula e o que se verifica é um corte cada vez maior quer de funcionários, quer de professores de ensino especial. E, portanto, eu espero que quem de direito, mais do que andar a iluminar edifícios, ilumine a sua consciência política e de responsabilização e comece a olhar realmente seriamente para esta matéria, porque no silêncio destas crianças e destes adultos há muita dor que é partilhada pela sua própria família. Espero que a nossa consciência não fique limitada a achar que cumprimos tudo iluminando edifícios, mas que realmente que comecemos a olhar para isto como uma realidade. Se queremos ser considerados um país moderno e civilizado, acho que é também para estas pessoas e para estes cidadãos que também temos de olhar. Agora a questão, eu na última reunião não estive presente, e eu tinha colocado anteriormente a questão e volto novamente à Praça da Cidade. Na altura quando coloquei a questão de saber se as rendas em Oliveira de Azeméis estavam a ser pagas, o Senhor Presidente disse que desconhecia, disse que não tinha informação nesse sentido, portanto, fiquei muito surpreendida quando percebi a resposta que foi dada na reunião seguinte que teria que haver um encontro de contas, porque houve obras. Acho estranho porque é que o Executivo não conhecia essas obras, pelo menos o Senhor Presidente demonstrou não saber nada, não sei como é que um inquilino avança para obras sem dar conhecimento ao senhorio. Também não percebo como é que essas obras são feitas pelo próprio inquilino, as obras que são da responsabilização dos senhorios devem ser executadas e mandadas fazer pelo próprio senhorio, ou seja, as faturas devem ser emitidas ao senhorio e não ao inquilino. Portanto, continuo sem perceber como é que há aqui estas coisas, porque a informação que entretanto eu já ouvi na rua é que o inquilino ainda não tinha pago uma única renda. Portanto, Senhor Presidente, na altura sabe bem qual era a nossa posição sobre a resolução da situação, tivemos que nos sujeitar a pagar € 50.000 para não arrastar a situação no tempo e, portanto, corremos o risco de voltarmos a verificar o mesmo. Não posso acreditar que as coisas não estejam contabilizadas nesta altura, portanto, Senhor Presidente, peça aos serviços que contas são essas e informe-nos para tentarmos perceber e não permitirmos que isto se arraste no tempo. Mesmo que queiramos ir para o tribunal isso implica mais uns meses valentes e é o interesse público que está aqui em causa e acho que devemos ser diligentes e rápidos e não devemos permitir que os inquilinos andem a fazer obras por sua própria iniciativa, não sendo nós a pedir os orçamentos e não sendo nós a mandar executar. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que fez a seguinte intervenção: Bom dia. De uma forma muito breve e rápida, dizer-vos que a Caminhada da Liga Portuguesa Contra o Cancro decorreu muito bem, tivemos mais de quinhentas pessoas e contribuímos com o valor de € 1.330,00 para ajuda deste flagelo da humanidade. Depois dizer-vos também que vamos ter para a semana a Final do Concurso Municipal de Ideias de Negócio Jovem “Azeméis Youth

Business”, que conta com a sua terceira edição e neste momento temos sete projetos bastante bons. Tem aumentado a procura deste simbólico prémio, mas o facto é que os vencedores do ano passado têm tido bastante resultado, é uma empresa que está instalada em Oliveira de Azeméis, na freguesia de Loureiro e que de alguma forma tem sido nosso parceiro na promoção dos nossos valores, de promoção turística. Dizer-vos também, para não nos desabituar-mos, o Ossela continua a trazer prémios para Oliveira de Azeméis, já tinha sido com os juvenis, Campões Distritais, e agora com a categoria de iniciados. Mais dois títulos para Oliveira de Azeméis e para um clube de uma freguesia pequena. Será sempre um clube a que se deve dar atenção, carinho e preocupação. Dizer-vos que tivemos um segundo lugar no Campeonato de Dança Internacional, em Faro, a Diana Rocha. O Daniel Fonseca, Treinador do Sobre Rodas em Cucujães, tornou-se novamente Campeão Nacional, na classe quartetos. Dizer-vos que a Meia-Ponta vai comemorar no próximo dia 04 de julho dez anos de existência, no Pavilhão Salvador Machado com uma grande gala. Esta escola tem contribuído para a nossa cultura, as nossas crianças têm crescido com a arte que aprendem na escola e isso é muito interessante. Vamos estar presentes, para a semana, no Certame Internacional de Culinária, no Estoril, um bocadinho na ótica da promoção através do nosso slogan “Sabores de Azeméis – Terra da Culinária 2015”. Se tiverem oportunidade de passar lá é no Centro de Congressos. Dizer-vos também que assinamos um protocolo com a Secretaria de Estado da Modernização Administrativa e com a Agência para a Modernização Administrativa, para a instalação de dois Espaços do Cidadão”, um deles no edifício dos Paços do Concelho e outro, numa forma inédita e pioneira, na Loja do Turismo. Teremos também a par deste protocolo um plano estratégico de dissipação destes serviços por todo o concelho. Dizer-vos que hoje também temos aqui uma Comitiva de Braga, no âmbito do Desporto, é no fundo o intercâmbio que temos feito com a área social e com a área do desporto. Vêm passar o dia a Oliveira de Azeméis, vêm visitar as nossas instalações desportivas, vão aos nossos Parques, portanto, uma interação que nós andamos a tentar fazer. Vamos ter também brevemente na nossa Loja de Turismo, numa parceria que nós Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis temos focado numa parceria com outras Câmaras de intercâmbio na área do Turismo, vamos ter aqui durante uma semana inteira uma exposição de Macedo de Cavaleiros, estarão cá os Caretos, são uma das muitas iniciativas que nós vamos ter com os nossos parceiros de outras câmaras. No fundo, mais uma vez Oliveira de Azeméis tem este perfil de convidar, de ser inovador e convidar outros concelhos a expor na nossa loja. Nós, obviamente, também estamos a ser convidados para depois expor nessas lojas, o que demonstra mais uma vez que Oliveira de Azeméis tem um espírito de partilha de conhecimentos e de valências. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Eu começo naturalmente por comentar aqui o agradecimento do Arqt. Carlos Castanheira ao voto de congratulação que apresentamos e dizer-vos que atendendo que estamos a falar de um Arqt. que hoje é já uma grande referência na arquitetura contemporânea nacional, mas também obviamente internacional, porque tem um conjunto de obras de grande importância premiadas internacionalmente e é claramente um dos melhores discípulos de Siza

Vieira, fazia todo o sentido nós homenagearmos a sua obra, trabalhando no sentido de que alguma obra da sua autoria ficasse no concelho de Oliveira de Azeméis, porque isso sim seria um grande voto de congratulação. Senhor Presidente, algumas questões muito breves. Uma delas, tem a ver com as denúncias, se já tem algum resultado em relação às denúncias que foram apresentadas, temos mais uma e tem a ver supostamente com a Rua José Soares Pereira, em Vilar, onde está a haver uma ampliação de uns anexos, pelos vistos uma grande ampliação de um anexo, dizem que está a ser feito sem licença e eu agradecia que os serviços verificassem se isto tem algum fundamento ou se não tem. Voltar também a um tema mais do recorrente, tem a ver com a Rua da Espinheira e a Rua da Lomba. Ambas ameaçam os automobilistas, a Rua da Espinheira ameaça mesmo o perigo de derrocada, porque a da Lomba já derrocou, aliás uma parte da rua já cedeu e um dia destes não tenho dúvidas que poderemos ser confrontados com um problema, com uma tragédia e, obviamente, que se isso vier a acontecer será da nossa responsabilidade e nós devemos evitar que isso aconteça, porque temos condições para o fazermos. Senhor Presidente, no caso concreto da Rua da Espinheira, essa intervenção devia acontecer antes do verão, porque sabemos que aquela rua é utilizada por muitos Oliveirenses para aceder às praias, é uma rua que tem muito movimento e, portanto, faria sentido que nós olhássemos para essa rua de uma vez por todas. Eu julgo que já terá alguns anos este problema e objetivamente faria sentido que este problema não se prolongasse, porque como disse é inconcebível que nós ao não a fazermos de imediato, possamos todos os dias colocar em risco a segurança dos oliveirenses. A Rua da Lomba, também já foi aqui referida, é um problema sobejamente conhecido e, portanto, Senhor Presidente, dizer-lhe que ficamos a aguardar uma decisão sua no sentido de resolvermos este problema e uma decisão que eu espero que seja no sentido de defender a segurança dos Oliveirenses. O projeto do Caracas, o tal projeto de arquitetura e não o projeto de especialidade, quando é que poderemos vê-lo e perceber de que forma é que nós queremos requalificar aquele espaço, transformando-o na grande Casa da Cultura Oliveirense. Uma última questão, tem a ver com o Programa Aproximar a Educação, as notícias vindas a público referem que vai ser assinado muito brevemente com os treze municípios aderentes este protocolo, este programa. Objetivamente eu gostaria que isso acontecesse, mas depois de obviamente ser pelo menos incluído numa ordem de trabalhos, para que nós, mesmo tendo muito a fazer, tivéssemos oportunidade de refletir sobre o papel que vamos desempenhar. Manifestamente os Senhores são claramente a favor e nessa matéria percebemos aquilo que o município vai fazer, sobretudo o que é que o município acautelou para que os interesses dos oliveirenses sejam defendidos e que não tenhamos, como alguns especialistas na matéria já alertaram, um presente envenenado que poderá trazer-nos dissabores a prazo. Uma última questão, tem a ver com este concurso municipal de Ideias de Negócio, é evidente que estes concursos são importantes, mas o Dr. Pedro Marques a palavra que mais utiliza é inovação, somos um concelho inovador seja no que for, seja num Espaço de Cidadão, seja numa Loja de Turismo Interativa, seja de trazer aqui uma exposição do Município de Macedo de Cavaleiros, seja no que for, somos altamente inovadores; mas a inovação passa

exatamente pela nossa capacidade para atrair investimentos. É evidente que o concurso é um concurso que permite obviamente chamar a atenção para isto, mas naturalmente não será o responsável pelo aparecimento de empresas, porque não é pelo facto de haver um concurso desta natureza e o prémio não é tão extraordinário como o Senhor diz, é um prémio, obviamente não será por isso que alguém avança com um projeto empresarial sério e consciente. Agora aquilo que é importante fazer e eu acho que o Azeméis Youth Business Center, aí sim poderá ser um centro incubador de empresas da maior relevância. Esse projeto, acredito que bem dinamizado, poderá ser um projeto que permite o aparecimento de um conjunto de novas empresas que emane do tecido empresarial e negocial de Oliveira de Azeméis, mas que também atraia empresas forasteiras, projetos de investimento, vendo ali condições para germinarem obviamente avancem e se instalem no concelho de Oliveira de Azeméis. Essas são respostas que importam começar a dar. Nós temos tido pouca proatividade no fomento da criatividade e da rebeldia no concelho de Oliveira de Azeméis. Eu sinto, por exemplo, que nós não temos uma juventude muito empreendedora, temos grandes empresários que começam a fazer parte de uma geração que não está a ter a devida renovação e este é um problema que nos deve preocupar. Obviamente que não é um problema da exclusiva responsabilidade do município, é também da responsabilidade das escolas, dos centros de formação, das universidades também, da própria cultura que nós temos enraizada na nossa sociedade. Obviamente que importante olhar para estas questões e importa perceber que papel é que o município pode desempenhar para ser o próprio município o promotor da criatividade, do empreendedorismo, da inovação. Não uma inovação vulgarizada com uma recorrência que se estende a quase tudo o que é o município, mas sobretudo termos efetivamente políticas públicas que incentivem os nossos jovens a avançarem para projetos empresariais, para arriscarem com um risco perfeitamente analisado, mas avançarem com projetos em Oliveira de Azeméis que têm obviamente um bocadinho do apoio da autarquia Oliveirense. Era só, Senhor Presidente. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: O Dr. Ricardo Tavares já deu nota do caminho público na Rua dos Cavaleiros, em S. Tiago de Riba-Ul. É verdade que esta informação demorou algum tempo, mas estas matérias são sempre muito complicadas, saber se os caminhos são públicos, se não são públicos. Portanto, há sempre uma prudência e eu percebo que às vezes é preciso uma decisão rápida, mas os serviços gostam de ter alguma prudência, porque é preciso um trabalho mais de pormenor porque por vezes a tendência é dizer uma coisa sem estar bem fundamentada e depois isso tem sempre problemas e consequências, nomeadamente na área dos tribunais. Reparem o que se passou, e respondo já ao Senhor Vereador Manuel Alberto, na questão da mini-hídrica em Vale de Cambra. Nós recebemos no último dia, no limite, por fax e foi uma sorte termos efetivamente visto porque tínhamos já contactado a GNR no dia anterior para acompanhar uma brigada da Câmara Municipal para fazer a demolição desse famoso muro. E até hoje, eu até sei isso de cor porque recebo essa correspondência, a Sociedade Agrícola Pinto Triunfante, que é o dono, meteu uma providência cautelar e tem alimentado nos tribunais essa matéria e pede-nos a nós uma indemnização avultadíssima por nós ordenarmos a demolição. Se nós falarmos com

algumas pessoas de Ossela, nomeadamente com o Carlos Castro, responsável do Centro de Estudos Ferreira de Castro, para ele aquilo nunca devia ter existido, mas o que é certo é que os tribunais estão agora a decidir aquilo e nós temos que ter sempre muito cuidado. A questão do concurso de música já foi dada a explicação, depois pedia só à Senhora Vereadora para dar conhecimento da resposta que for dada ao Senhor Vereador Manuel Alberto ou então partilhar, via email, com todos os Vereadores. Senhora Vereadora Ana de Jesus, relativamente à questão do autismo estou totalmente de acordo, acho que tem toda a razão, agora cabe-nos a nós também sensibilizar. Já agora deixe-me dizer-lhe que são várias as pessoas, do ponto de vista individual, que nos escrevem sobre esta matéria. Eu recebi muitas comunicações sobre isso, a dizer para sensibilizar, porque efetivamente as pessoas que vivem este drama sentem que a própria sociedade não está muito atenta relativamente a esta matéria. As famílias como disse, e bem, vivem um drama terrível, para além dos poucos apoios. Os familiares, nomeadamente as pessoas que vivem com esta realidade, sentem que não há um reconhecimento da sociedade sobre esta matéria e, portanto, tudo aquilo que nós poderemos fazer devemos fazer e nós temo-lo feito naturalmente. Vai haver aqui uma conferência muito interessante do Rotary Club com uma pessoa que trabalha nesta matéria. Quanto à questão da Praça da Cidade, eu vou-lhe trazer o relatório dessa matéria, já houve rendas pagas. Quando se fala das obras, estamos a falar de pequenas coisas, não estamos a falar de obras estruturantes. Foram pequenas coisas que foram feitas e que estão todas registadas. Eu vou trazer a informação para que não reste dúvida nenhuma relativamente a esta matéria da Praça da Cidade. Tomei boa nota da denúncia da Rua José Soares Pereira, e peço ao Senhor Vereador Ricardo Tavares para mandar lá a fiscalização para ver qual é o ponto de situação. A questão das ruas que falou, estão no plano, entre outras, que está neste momento a ser ultimado pelo Departamento de Obras Municipais, para serem efetuadas. A questão das denúncias, informo que o nosso Chefe de Departamento de Obras Municipais está de férias e estamos a aguardar as informações. Na próxima reunião pedimos à Arqt.ª Filomena Farinhas que possa cá vir falar do Cine-Teatro Caracas. Eu também queria ver se agora com o bom tempo podíamos visitar a Casa Sequeira Monterroso, agora não sei se vale a pena fazer tudo no mesmo dia, porque senão a reunião depois prolonga-se, mas vou tentar gerir isso da melhor forma. Senhor Vereador, sobre o Programa Aproximar a Educação, queria-lhe dar nota do seguinte: no dia 26 de março houve uma reunião em Lisboa com o Senhor Ministro Poiares Maduro, com o Senhor Ministro Crato e três Secretários de Estado, dois da Educação e um da Administração Local e com as treze Câmaras Municipais. Nesse dia a comunicação social dizia que iam ser assinados os contratos. Nessa reunião ficou decidido e eu próprio tive a oportunidade de na minha intervenção dizer isso, é que nós antes de assinar o contrato, as Câmaras Municipais, os executivos municipais, porque havia dúvidas sobre isto, mas depois até foi decidido que os treze seguissem a mesma metodologia, é que fosse primeiro aprovado em sede de executivo municipal, depois em sede de assembleia municipal e só depois é que fosse assinado. Assim é que faz sentido e não depois ratificar. Assim será em Oliveira de Azeméis, primeiro vamos discutir em reunião de Câmara Municipal e depois vamos discutir e

aprovar, se for caso disso, em sede de Assembleia Municipal. Só depois é que estamos em condições de assinar o contrato com o Governo, depois de fazer os ajustamentos, estamos a falar de pormenores, mas pormenores que fazem todo o sentido. Quanto à questão que o Senhor Vereador Joaquim Jorge referiu, o que o Senhor Vereador Pedro Marques disse é verdade, porque nós temos o projeto das Lojas Interativas de Turismo do Porto e Norte de Portugal, é um projeto do Turismo do Porto e Norte de Portugal, há partes deste projeto que outras Câmaras compraram, mas Lojas Interativas de Turismo só a Região Norte é que tem, é um projeto da Região Norte, aprovado pelos Fundos Comunitários. E a única Loja Interativa de Turismo que vai ter um Espaço do Cidadão é a de Oliveira de Azeméis. A ideia é que haja mais, mas para já a única que vai ter é a de Oliveira de Azeméis, daí que o Senhor Vereador tenha dito que é uma inovação. Sobre o Espaço do Cidadão, e respondendo à Senhora Vereadora Ana de Jesus, o que é feito no Gabinete de Atendimento ao Município e nas instalações da Câmara Municipal vai ser feito na Loja Interativa do Turismo, por exemplo: a renovação da carta de condução. O nosso projeto é mais ambicioso, porque nós queremos chegar a todas as freguesias com a prestação deste serviço e, portanto, o desafio que nós lançamos ao Governo e ao Senhor Secretário de Estado foi para que pudéssemos ter equipamentos nas deslocações que fazemos às freguesias, nomeadamente às Juntas de Freguesia. Este serviço é do conhecimento público, tem dia e hora marcada e que tem em média quatrocentas operações por mês espalhadas pelo concelho, ou seja, que a equipa que faz este serviço de descentralização pelas freguesias possa também fazer os mesmos serviços que o Espaço do Cidadão faz. Portanto, é uma espécie de Espaço do Cidadão itinerante. A Vereadora Dra. Ana de Jesus pediu a palavra e disse: Sobre isso das freguesias, se for possível, não estou a ver nada contra, até pelo contrário. Não estou é a ver a utilidade de nós estarmos a colocar pessoas a ir renovar cartas a uma Loja de Turismo, criando uma massificação de pessoas ali, quando a loja está para outras pessoas e para outros serviços. Basta passar em qualquer Loja do Cidadão, que a gente percebe o número de pessoas que lá estão. A Loja de Turismo tem uma razão de ser muito específica e não percebo qual é o interesse. Gostava de perceber a utilidade disso. O Senhor Presidente continuou a sua intervenção: A Loja Interativa de Turismo é bastante avançada do ponto de vista tecnológico e, portanto, não é preciso nenhum investimento suplementar a conceder na afetação de recursos humanos na prestação de um serviço. A própria filosofia do Governo é a disseminação destes serviços, maior proximidade, maior rapidez. O Vereador Dr. Pedro Marques pediu a palavra e fez a seguinte intervenção: Basicamente as Lojas Interativas do Turismo, que é um projeto inovador da Região Norte, são projetos que têm uma valência multimédia muito grande. É evidente que há uma prioridade de promoção da região e das suas valências e de tudo aquilo que nós estamos a oferecer às pessoas que nos visitam. As lojas são para os locais também, repare que nós na loja podemos tirar o Cartão Europeu de Saúde, ou seja, um local, ou um estrangeiro que queira ir para outro país qualquer pode chegar à nossa Loja de Turismo e pedir muita informação daquilo que vai ser a sua viagem. Pretende-se fazer um intercâmbio entre as regiões do norte, ou seja, quando nós dizemos que Macedo de Cavaleiros vem para aqui é para

os nossos locais irem conhecer Macedo de Cavaleiros na nossa Loja. Quando nós abrimos o Espaço do Cidadão é também aproveitar as valências. Não podemos ter uma Loja de Turismo toda bonita, bem organizada, com um plano de atividades, só para um caminheiro que passa aqui, um turista industrial, um espanhol. Não é isso que queremos, queremos que aquela loja seja mais um espaço de informação para os locais, porque os maiores vendedores de nós mesmos somos nós mesmos. A Senhora Vereadora Ana de Jesus se for à Loja Interativa de Turismo para a semana, vai ter a oportunidade de “visitar” Macedo de Cavaleiros e vai levar na sua consciência coisas diferentes, coisas novas. O Senhor Presidente continuou a prestar esclarecimentos: Só para terminar, o Vereador Joaquim Jorge falou depois no concurso de empreendedorismo e deixe-me dizer-lhe que nós temos vindo a fazer um esforço grande e várias iniciativas. Chamo a atenção para a realização em abril do projeto intermunicipal com Vale de Cambra sobre o “Aqui Há Futuro”, envolvendo as escolas, associações empresariais, naturalmente desde as saídas profissionais, as ofertas de emprego, as questões vocacionais, portanto, há ali um intercâmbio muito grande entre as escolas, as empresas e o poder local, também estamos a estimular. Depois dizer-lhe que mesmo nos sectores tradicionais como no sector do calçado, no nosso município tem aparecido projetos muito engraçados, logicamente alguns de questões geracionais, portanto, famílias já relacionadas com o calçado mas que já estão na 3.^a geração a liderar projetos e projetos muito interessantes, assim como nos sectores tradicionais. Portanto, também têm criado emprego, têm procurado crescer e inovar e isso é bom e é um sector que tem grande expansão no nosso município. Julgo que o Senhor Vereador falou no trabalho que tem que se fazer a seguir. Aí eu queria chamar a atenção, por exemplo, a questão do mel, aquelas duas oliveirenses que tiveram a sua ideia premiada do Mel Aromatizado. Elas próprias hoje reconhecem que todas as ações promocionais que a Câmara Municipal fez a seguir ao prémio fizeram com que a empresa hoje seja diferente, ou seja, foram à televisão, tiveram a oportunidade de mostrar o seu produto; foram connosco à BTL; foram connosco a uma série de eventos onde se não tivessem o apoio da Câmara não tinham ido. A nossa missão é naturalmente ajudar e estimular a nossa economia local, não é só o prémio, mas tudo o que vem a seguir ao prémio. Hoje na imprensa apareceu que a Fábrica de Calçado Centenário ia duplicar as suas instalações, duplicar a produção, excelente. Temos bons exemplos de empreendedorismo, porque há novas áreas de negócio, há conquista de novos mercados e isso é bom para o nosso município. Na área do calçado tem havido o aparecimento de valores muito jovens, o que é naturalmente simpático. Eu queria só dar mais uma explicação também, as novas tecnologias já nos ajudam, a questão da denúncia que o Senhor Vereador recebeu da Rua José Soares Pereira, em Vilar, já pode dizer a quem denunciou que já está feito o auto de notícia do processo de contraordenação. Outra nota, o Senhor Vereador Isidro Figueiredo não está cá hoje, está numa missão internacional na área do ambiente, está na Polónia, regressa hoje e pediu para justificar a ausência dele na reunião de hoje. O Senhor Presidente concedeu novamente a palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: Senhor Presidente, se me permite, uma referência ao Dia Mundial do Teatro, que foi no dia 26 de

março e ao 39.º aniversário do Grupo Oliveirense Teatro Amador (GOTA), que nesse dia promove sempre um espetáculo para a comunidade. E em paralelo, penso que é pela terceira vez consecutiva que a direção do GOTA faz também uma iniciativa que é a Arte Postal e este ano teve a participação de vinte e sete países, portanto, muitos trabalhos, só não veio nenhum do Continente Africano. As pessoas através de um postal fazem criatividade sobre o Teatro que depois é exposto. É uma exposição e uma iniciativa interessante. Dar os parabéns ao GOTA por passados trinta e nove anos continuar a animar a comunidade. O Senhor Presidente concedeu novamente o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Senhor Presidente, dois comentários. Um deles, em relação ao Espaço do Cidadão. Obviamente que interessa levar isto às freguesias, mas o que interessa é de facto avançarmos para processos e a autarquia pode através da Associação Nacional de Municípios sensibilizar o Governo para a importância do aprofundamento dos chamados *simplex*, que é a desburocratização dos nossos processos, algo que é realmente importante. Era importante, nós tentarmos com os nossos parceiros privilegiados, que são as Juntas de Freguesia digamos assim, unificá-los de respostas nesta área, porque obviamente muitos destes serviços terão que ser feitos online. É isso que nós todos desejamos. Eu espero um dia ser possível eu renovar a minha carta de condução, o meu cartão do cidadão em casa, num site qualquer, preenchendo um formulário e todo o processo a partir daí se desencadear naturalmente e o documento que eu pedi chegar até mim, sem ter que me deslocar. A observação que eu fiz em relação à necessidade de cultivarmos o empreendedorismo não quer dizer com isto que nós não façamos rigorosamente nada. É evidente que o “Aqui Há Futuro” é uma iniciativa que está a dar os primeiros passos, nós inclusive sugerimos que ela se estendesse a todos os municípios do EDV para ganhar mais dimensão. É evidente que esta iniciativa que temos aqui de apoio a estas empresas é importante, mas o município já teve no passado com as Mostras das Atividades Económicas e outro tipo de iniciativas contributos substanciais para, por um lado, mostrar aquilo que já fazemos e, por outro lado, potenciarmos o aparecimento de novas empresas nessas áreas e em áreas que complementem as já existentes. Era mais nessa perspectiva que eu estava a falar. Obviamente que o município também tem uma palavra a dizer nos planos estratégicos que podemos apresentar para o sector dos moldes, para o sector do calçado e para outros sectores onde somos fortes. Eu acho que o município de Oliveira de Azeméis tem um papel importantíssimo de influência da tutela, no sentido de criar condições especiais de promoção do investimento nestas áreas que são importantes para a economia do país. Nós temos a possibilidade agora com a Escola Superior Aveiro Norte, finalmente com condições para avançar para uma verdadeira cultura de formação, mas também de formação que incuta nesses formandos um espírito empreendedor e um espírito rebelde e termos a possibilidade para avançar para feiras de inovação, para outro tipo de situações que sejam um conjunto de contributos da autarquia, de todos os nós, para que se fomente aquilo que é a génese de um concelho que é uma fortíssima cultura empresarial. Importa sobretudo avançar para esta área com determinação e coragem, porque esta é uma área que damos cartas e continuamos a dar cartas. Foi nesse sentido. O Senhor Presidente fez a seguinte intervenção:

Uma informação, até porque foi uma matéria a que dedicamos largos minutos na última reunião de Câmara, ontem, ao final do dia, chegou o visto do Tribunal de Contas sobre o Centro de Interpretação do Vidro. É uma boa notícia. =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias dezanove do passado mês de março e um do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== **APROVAÇÃO DE ATAS:** Retirado. =====

===== **ACÇÃO SOCIAL** =====

===== **RATIFICAÇÃO DE ACORDO DE CESSAÇÃO E CONTRATO DE ARRENDAMENTO (I/26155/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A deliberação da Câmara Municipal de 31 de janeiro de 1995, quanto ao realojamento de inquilinos da parcela ”A” dos terrenos da Escola do pinheiro da Bemposta”; - Que nessa sequência, em 2 de fevereiro de 1995, foi entre o Município e Maria Cecília Rainho Arede, celebrado Contrato de arrendamento do prédio inscrito na matriz sob o artigo 1341, da freguesia do Pinheiro da Bemposta (atual 2885 da União de Freguesias), para habitação; - O teor da informação interna I/58167/2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - Que em 12 de março do ano corrente, foi celebrado Acordo de Cessação do referido Contrato de arrendamento, com efeitos a 31 de março de 2015; - A necessidade de assegurar a manutenção de habitação aos citados inquilinos a partir de 1 de abril do ano corrente, foi em 30 de Março 2015 celebrado contrato de arrendamento com Maria Margarida Tavares de Sá Coelho e marido, do prédio sito na Rua dos Soares, n.º245, Pinheiro da Bemposta, documento este que fica igualmente arquivado em pasta anexa ao livro de atas; correspondente ao compromisso de fundo disponível n.º 1646/2015, conforme determina a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho e posteriores alterações. Proponho: - Nos termos e com os fundamentos referidos, a ratificação do Acordo de cessação do contrato de arrendamento, e a ratificação do Contrato de arrendamento atrás citados,

documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo do disposto no art.º 137º do CPA, bem como a convalidação dos atos praticados, com efeitos reportados à data a que os mesmos respeitam ou foram praticados.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/26523/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos e Ações Sócio-Habitacionais, em que da análise social dos requerimentos de apoio ao arrendamento, se verifica que reúnem os requisitos necessários para beneficiarem do apoio, propõe-se o seguinte: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a atribuição de um apoio económico mensal com início no mês de abril de 2015, em conformidade com o quadro abaixo:

Nome	Freguesia	Nº Contribuinte	Valor Apoio	N.º EPEF	N.º CFD
Mónica Filipa Martins Marques	Ul	240 597 982	€ 30	970	1660
Ana Catarina Pinto de Oliveira	S. Tiago Riba-Ul	225 689 758	€ 52,50	971	1659
Liliana Catarina Marques da Silva	O. Azeméis	226 196 216	€ 75	972	1658
Maria Adelaide de Pinho Ribeiro	Pindelo	178 562 602	€ 75	973	1657
Filipa Andreia Marques Alves	O. Azeméis	198 850 654	€ 52,50	974	1655
Filomena Almeida Cabral	O. Azeméis	142 072 516	€ 100	975	1654
Jaime Francisco Alves Magalhães Oliveira	Cucujães	249 903 032	€ 60	976	1653
Maria de Fátima Sousa Rodrigues Ferraz	S. Tiago Riba-Ul	123 416 159	€ 60	978	1652
Benedita Marta de Almeida	S. roque	201 133 431	€ 52,50	979	1651
Jorge Loureiro de Azevedo Cunha	O. Azeméis	138 143 137	€ 125	980	1650

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE RENOVACÃO E REAJUSTAMENTO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/26233/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, relativa à renovação dos pedidos de apoio ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a renovação dos apoios, com efeitos a partir do mês de abril de 2015, em conformidade com o quadro abaixo, que integra os respetivos números de compromisso de fundo disponível:

<i>Nome</i>	<i>Nº Contribuinte</i>	<i>Valor Apoio</i>	<i>Valor da Renovação</i>	<i>N.º CFD</i>
<i>Margarida de Oliveira</i>	<i>174 115 636</i>	<i>€ 70</i>	<i>€ 70</i>	<i>298</i>
<i>Maria Emília Soares Martins Reis</i>	<i>209 798 408</i>	<i>€ 100</i>	<i>€ 100</i>	<i>328</i>
<i>Flora da Conceição Pereira dos Santos</i>	<i>196 456 380</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>260</i>
<i>Maria Emília Pereira Soares</i>	<i>208 237 232</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>327</i>
<i>Ilídio Azevedo Silva</i>	<i>159 096 839</i>	<i>€ 45</i>	<i>€ 45</i>	<i>271</i>
<i>Adelino Miguel da Costa Ferreira</i>	<i>204 720 010</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>180</i>
<i>Maria Regina Teixeira Cereja</i>	<i>174 416 601</i>	<i>€ 70</i>	<i>€ 70</i>	<i>397</i>
<i>Anabela Pinho Costa</i>	<i>201 609 908</i>	<i>€ 60</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>210</i>
<i>Maria Aldina Reis Silva Soares</i>	<i>179 783 696</i>	<i>€ 60</i>	<i>€ 60</i>	<i>301</i>
<i>António Oliveira Silva</i>	<i>174 416 717</i>	<i>€ 67,50</i>	<i>€ 67,50</i>	<i>215</i>
<i>Adelina de Jesus</i>	<i>160 319 650</i>	<i>€ 112,50</i>	<i>€ 112,50</i>	<i>176</i>

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE CESSAÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/26590/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda

Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, no âmbito da cessação dos apoios ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a cessação dos seguintes apoios: - Por não apresentarem requerimento de candidatura para renovar o referido apoio: Maria Manuela Pereira da Silva Marques e Ana Lúcia de Sousa e Silva, a partir do mês de abril de 2015; - Integrou o agregado familiar de um filho: Albertina Maria Santos Ribeiro Silva, com efeitos a partir do mês de abril de 2015, tendo sido em tempo providenciado o não levantamento respeitante a este mês; - Por motivos de incumprimento verificado no âmbito do acompanhamento à situação: Daniel Gomes Santos Silva, Ricardo Filipe da Silva Pereira e Maria da Conceição dos Santos Pereira, com efeitos a partir do mês de março; - Deixou de viver em habitação de renda passando a viver com familiares: Luís filipe Gonçalves Ferreira, com efeitos ao mês de abril de 2015; - Aumento de rendimentos: Manuel Fernandes Almeida, com efeitos a partir do mês de abril de 2015; - Por beneficiar de outra resposta ao nível da habitação: Cristina Maria Silva Moreira, com efeitos a partir do mês de abril de 2015.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **COMBIPERFORMANCE – PROMOÇÃO DE EVENTOS – ISENÇÃO DE TAXAS (I/25328/2015):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) O regulamento de taxas, licenças e outras receitas municipais, aplica-se em todo o território do Município de Oliveira de Azeméis, e estabelece no seu art.º 2.º n.º 1 que regula as relações jurídico tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas e outras receitas municipais, exceto tarifas (...); 2) O regulamento de taxas, licenças e outras receitas municipais estabelece no seu art.º 6.º e 7.º o regime de isenções totais e parciais; 3) Estão isentas na totalidade as taxas e outras receitas municipais previstas no regulamento e tabela as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa ou de mera utilidade pública, às instituições particulares de solidariedade social e entidades a estas equiparadas, aos partidos políticos, aos sindicatos, às associações religiosas, culturais, recreativas, desportivas, profissionais ou outras pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídas, relativamente às pretensões que visem a prossecução dos respetivos fins estatutários, bem como atividades afins, ligadas à prossecução de ações que visem a arrecadação de receita, desde que inseridas na realização e escopo do seu objeto social (art.º 6.º n.º 3 alínea a) do RMTLORM); 4) A assembleia municipal pode, por proposta da camara municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios (art.º 12.º n.º 2 da LFL); 5) Estamos perante a realização de testes de uma viatura de rali, que possui a designação “Azeméis é Vida“, destinada a promover e divulgar o município de Oliveira de Azeméis, propõe-se: 1) A isenção total da taxa prevista para emissão do alvará de corte de trânsito, com o fundamento da promoção e divulgação do Município, assegurado pelo requerente; 2) A remessa da presente proposta para aprovação da assembleia municipal, nos termos e para os efeitos do art.º 12.º n.º 2 da LFL.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **BANDA DE MÚSICA DE SANTIAGO DE RIBA-UL – CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE LOCAÇÃO (I/26336/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pela Banda de Música de Santiago de Riba-UL, com vista à realização de concerto, para angariação de fundos para a compra de nova farda, dia 02/05/2015, pelas 20horas, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a

justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista na tabela anexa; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação à Banda de Música de Santiago de Riba-Ul, ao abrigo designadamente do disposto no n.º2 do art.º 6º e n.º2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **XIX MERCADO À MODA ANTIGA – NORMA DE PARTICIPAÇÃO E FUNCIONAMENTO (I/26379/2015):** Do Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O Mercado à Moda Antiga é um evento de referência regional e nacional na categoria das recriações históricas; - É um evento que encerra em si a maior manifestação associativa e coletiva do nosso município; - O potencial económico, cultural e turístico que tem vindo a afirmar ao nível local e regional; - A longevidade configurada na memória coletiva dos munícipes e dos visitantes, patente nas 18 edições já realizadas; - A total responsabilidade de organização por parte do Município de Oliveira de Azeméis; - A necessidade de atualização de normas para a participação e funcionamento do evento e de todos os seus interlocutores, visando a qualificação dos conteúdos e participantes no âmbito da recriação histórica. Proponho que seja aprovado o documento das Normas de Participação e Funcionamento para o XIX Mercado à Moda Antiga, que será realizado em Oliveira de Azeméis nos dias 16 e 17 de maio de 2015, documento este que ficará arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A FUNDAÇÃO SERRALVES (I/26339/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A Fundação de Serralves é uma instituição de utilidade pública que tem como missão sensibilizar e interessar o público para a arte contemporânea e o ambiente, através do Museu de Arte Contemporânea como centro pluridisciplinar, do Parque como património natural vocacionado para a educação e animação ambientais e do Auditório como centro de reflexão e debate sobre a sociedade contemporânea; - A Biblioteca da Fundação de Serralves é uma biblioteca especializada que tem vindo a coligir

fundos bibliográficos próprios, que se encontram à disposição de investigadores, estudantes e do público interessado e cujas temáticas abrangem a Arte Contemporânea, a Arquitetura, Ambiente e Paisagismo, para além de toda a documentação relativa ao património e atividades da Fundação; - Constituem atribuições das A. Locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro; - As atribuições no domínio da Educação, Património, Cultura, Tempos Livres e Promoção do desenvolvimento; Proponho - A aprovação da minuta do Protocolo a celebrar com a Fundação de Serralves, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, tendo em vista a colaboração institucional, passando assim os leitores da Biblioteca Municipal da Câmara de Oliveira de Azeméis, a aceder a um conjunto de publicações de referência, pela Fundação editadas, nomeadamente, relativas às exposições que o Museu de Arte Contemporânea anualmente promove; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA DE “ARQUIVO MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS”**
- RECEÇÃO DEFINITIVA (I/25983/2015): *Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/25499/2015, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho a aprovação dos Autos de "Vistoria para Receção Definitiva" e de "Receção Definitiva" da empreitada "Arquivo Municipal de Oliveira de Azeméis" - Processo nº 039/2002/DEM/GTC, e da consequente receção definitiva da obra no seu todo.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PI/1465/2015 (I/24309/2015) JORGE DE JESUS RIBEIRO,** *advogado, com escritório na Av. Dr. António José de Almeida, n.º 374, desta freguesia e concelho de Oliveira de Azeméis, na qualidade de mandatário, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade do prédio rústico composto de terreno de cultura, denominado “Soeira”, sito no lugar de Passos, freguesia de Fajões, deste concelho, a confrontar de norte com Herdeiros de Joaquim Soares de Pinho, de sul com Joaquina Oliveira da Rocha, de nascente com Manuel Alves Amorim e de poente com Caminho, inscrito na matriz sob o artigo rústico 289 e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 387, em virtude de Flávio Armando Pereira Araújo e Ana Patrícia Carvalho da Silva,*

pretenderem adquirir o mesmo a Isaura Tavares de Paiva. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

*===== **PI/2082/2015 (I/23267/2015) MARIA MIMOSA DE PINHO OLIVEIRA,** residente na Rua Alto de Baganha, freguesia de Fajões, deste concelho, na qualidade de proprietária, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de propriedade do prédio rústico composto por cultura de sequeiro com 40m de ramada, sito no lugar de Cavadinha, freguesia de Fajões, deste concelho, com a área total de 0,028000ha, a confrontar de norte com Belmiro Gomes Soares, de sul com Domingos Gomes da Silva, de nascente com Caminho e de poente com Belmiro Gomes Soares, inscrito na matriz sob o artigo rústico 2144. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====*

*===== **PI/1465/2015 – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE LOUREIRO – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS (I/24875/2015):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À Reunião de Câmara para aprovação do pedido de isenção de pagamento de taxas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **CONTRATAÇÃO PÚBLICA** =====*

*===== **EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO FAVORÁVEL PARA DIVERSAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS (I/26441/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1 - Nos termos do n.º 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2015- LOE 2015), carecem de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços; 2 - Nos termos do n.º 6, do artigo 75.º da LOE 2015, o parecer prévio vinculativo depende de: a) Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações em causa. Neste âmbito, a circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR. Nº 92/2014-PB de 24 de julho que divulga a Nota Nº 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho nº 2556/2014-SEAP de 10/07/2014 proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido, homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014, as autarquias locais não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia à Direção Geral de Qualificação dos*

Trabalhadores (INA); b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente; c) Verificação do cumprimento do disposto na Lei nº 75-A/2014 de 30 de setembro; d) Que se tratam da execução de trabalhos não subordinados, para os quais se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; 3 - Neste contexto, os competentes serviços municipais reuniram a informação relativa às aquisições de serviços, organizada na lista anexa, que não se encontram abrangidas na Deliberação de 22/01/2015 (I/5137/2015), relativa ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico para aquisição/prestação de serviços - Tarefa, pelo que necessitam da respetiva autorização/parecer prévio favorável, tendo sido verificados e devidamente justificados os requisitos enunciados no ponto 2. Submete-se ao Órgão Executivo a emissão de parecer prévio vinculativo favorável para efeitos do disposto nos nºs 5 e 12, do artigo 75.º da LOE 2015, relativamente aos contratos de aquisição/prestação de serviços constantes do quadro abaixo, cujos requisitos se encontram verificados e devidamente justificados, com convite à (s) entidade (s) que reúnem os requisitos, habilitações e aptidão técnica para satisfação das necessidades, de acordo com a aprovação do órgão/entidade com competência para autorização da despesa e decisão de contratar.

Nº RQI	Descrição da Necessidade	PRC	EPEF	Prazo de Execução	Preço Base	Taxa aplicável	Preço base c/ redução remuneratória	Tipo de procedimento/ Fundamentação legal	Compromisso plurianual
296	Aquisição de serviços - Workshops "Sábados em Família 2015", a realizar no Centro Lúdico Oliveira de Azeméis.	534	769	Estima-se: 11 abril 18 abril 17 outubro	240,00 €	N/A	240,00 €	ADRS - artigo 128º do Código dos Contratos Públicos	Não aplicável
179	Aquisição de serviços - Espetáculo Mónica Ferraz	536	689	18 abril 2015	8.100,00 €	8%	7.452,00	ADRG - Artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos	Não aplicável
481	Aquisição de serviços de vigilância e segurança em edifícios municipais e em eventos.	565	940	12 meses	40.650,41 €	8%	37.398,37 €	ADRG - Artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos	Nos termos do 12º do D.L. nº 127/2012 foi conferida autorização nas GOP/2014 da Assembleia Municipal de 28/11/2014, na rubrica 020218 – Outros trabalhos especializados, cujo valor máximo para 2015 é de 34.870,00€ e para 2016, 2017 e 2018 é de 35.000,00€.

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **OUTROS** =====*

*===== **PROJETO DE REGULAMENTO DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS EM MATÉRIA DE FISCALIZAÇÃO E CONTRAORDENACIONAL (I/26603/2015)**: Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) Compete à câmara municipal, elaborar e submeter à*

aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do município, bem como aprovar regulamentos internos (art.º 33.º n.º 1 alínea k) da lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); 2) Compete à Assembleia municipal, sob proposta da câmara aprovar as posturas e regulamentos com eficácia externa do município internos (art.º 255.º n.º 1 alínea g) da lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); 3) Tratando-se de regulamento que imponha deveres, sujeições ou encargos, e quando a isso não se oponham razões de interesse público, as quais serão sempre fundamentadas, o órgão com competência regulamentar deve ouvir, em regra, sobre o respetivo projeto, nos termos definidos em legislação própria, as entidades representativas dos interesses afetados, caso existam (art.º 117.º do CPA); 4) O projeto de regulamento deve ainda ser submetido a apreciação pública, para recolha de sugestões, devendo ser publicado para o efeito no boletim municipal digital (art.º 118.º n.º 1 do CPA), proponho: 1) A aprovação do Projeto do Regulamento do Município de Oliveira de Azeméis em matéria de fiscalização e contraordenacional, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; 2) A submissão do projeto a audiência dos interessados (art.º 117.º do CPA) e a apreciação pública (art.º 118.º do CPA); 3) A remessa do mesmo para publicação no boletim municipal digital (art.º 118.º do CPA).” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====*

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11h e 15m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====*